

ERASMO E SUA CRÍTICA À IGREJA CATÓLICA

Luiz Gustavo Lopes da SILVA¹

Prof. Rafael Henrique ANTUNES²

RESUMO

Em 1509, Erasmo de Rotterdam escreve seu livro "Elogio da Loucura" em que trata de assuntos em diversos campos da sociedade, tanto sociais quanto políticos e religiosos. Sua obra se torna um grande sucesso na Europa, devido às críticas, colocadas de forma cômica, porém, sempre relatando fatos que estão de acordo com a realidade, se identificando como uma deusa, "a Loucura". No trabalho aqui presente estão os principais contextos sociais, políticos e econômicos que determinam a imersão dos humanistas na sociedade e posteriormente os renascentistas, com uma breve introdução do autor para iniciar a análise da obra citada anteriormente.

PALAVRAS-CHAVE

Erasmus de Rotterdam; Elogio da Loucura; Humanismo; Renascimento.

¹ Graduação em História – FIRA – Faculdades Integradas Regionais de Avaré – 18700-902 – Avaré-SP – Brasil – luizg968@gmail.com

² Mestre em História. Docente do Departamento de História – FIRA – Faculdades Integradas Regionais de Avaré – 18700 902 – Avaré-SP – Brasil – fahantunes@gmail.com

Introdução

Este trabalho objetivou analisar a obra "Elogio da Loucura", do autor Erasmo de Rotterdam e compreender o momento histórico em que o livro é escrito. Para atingir este propósito foi necessário contextualizar o período feudal em decadência, além de compreender a formação de uma nova classe: a burguesia. Também se fez importante compreender o humanismo, a transição de pensamento medieval/moderno, os ideais dos renascentistas, a biografia do autor, e a crítica que o mesmo faz em sua obra sobre os abusos da Igreja.

Iniciou-se esta pesquisa descrevendo o contexto do sistema político, econômico e social no período de transição da Idade Média para a Idade Moderna, o humanismo e sua importância dentro de um período teocêntrico, servindo como base para os futuros filósofos renascentistas, assim contextualizando o período em que Erasmo viveu e produziu esta, que é uma de suas mais importantes obras, senão a mais importante para o estudo filosófico e histórico.

Abordaram-se aspectos gerais das classes presentes no sistema feudal, a burguesia como a nova classe decorrente da crise do mesmo e que posteriormente se torna autossustentável, tanto que financia o movimento renascentista. A transição de pensamento do teocentrismo, para bases antropocêntricas, na luta em restaurar padrões da cultura helenística, a fim de utilizar os filósofos do passado relacionando-os com conflitos contemporâneos.

Os conceitos gerais defendidos por Rotterdam em sua obra são analisados através de sua forma cômica, porém racional de retratar os abusos da instituição da Igreja Católica, porém sem jamais negar a fé, a importância de Rotterdam na transição de pensamento para Idade Moderna é indiscutível e pode ser observado no presente trabalho.

Crise do Sistema Feudal

O Feudalismo é sistema que entrou em decadência devido a sua própria estrutura, que era baseada na produção agrícola e na exploração do trabalho dos servos. Segundo Hilário Franco Jr., "Entre outros termos a crise resultava das características do próprio Feudalismo". (1991, p.78)

Vários fatores desencadearam a crise do sistema feudal, que tinha como base de sua estrutura o trabalho do servo, a classe designada a, através do trabalho, desenvolver toda a produção dentro do feudo. Por sua vez, neste sistema, a nobreza era responsável pela organização e defesa no caso de guerras e o clero era responsável pelo ministério da fé. No período final do feudalismo, denominado Baixa Idade Média, o povo não tinha longa expectativa de vida, tanto pelas condições precárias em que viviam, decorrentes da crise que marcou este período, como de doenças e guerras que permeiam o período. Neste sentido, destaca Anderson que "A longa crise da economia e da sociedade europeia durante os séculos XIV e XV marcou as dificuldades e os limites do modo de produção feudal no último período da Idade Média".(ANDERSON,1995, p.15)

Um dos principais fatores que determinaram a crise do feudalismo é a doença que mais assombra o período, conhecida como peste negra, que surge fundamentalmente como efeito das condições precárias de higiene da população. Estima-se que essa epidemia tenha eliminado pelo menos um terço da população europeia. Outro fator que desencadeia a crise feudal é que durante dois anos a Europa enfrenta chuvas constantes,que acabam com grande parte das plantações e prejudicam rudemente o sistema que era estruturado na agricultura.

A crise demográfica já se anunciava nos fins do século XIII quando intenso ritmo de crescimento anterior começou a diminuir. Com a crise agrícola de 1315-1317, a fome e a subnutrição foram acompanhadas por epidemias e a mortalidade se elevou rapidamente (FRANCO JÚNIOR,1991, p.80)

A mortalidade se ampliou com a Guerra dos cem anos², pois a partir daí os feudos passaram a ter o seu sistema abalado e, como dito anteriormente, o trabalho dos servos era o que sustentava os feudos. Com a mortalidade de grande parte da população, o sistema passa a ser cada vez mais decadente. Os servos que seriam um meio a esse sistema em decadência, almejavam, como única saída, fugir dos feudos para que seus familiares pudessem superar as dificuldades enfrentadas, já que com a crise não havia alimento suficiente para sustentar a todos, logo por meio das fugas eles acreditavam que haveria mais possibilidade de seu igual sobreviver.

² Conflito entre o reino da Inglaterra e o reino da França, ocorrido entre 1337 e 1453.

A ordem política permaneceu feudal, ao passo que a sociedade se tornava cada vez mais burguesa. A ameaça da inquietação camponesa, incontestavelmente constitutiva do Estado absolutista, sempre se conjugou, assim, com a pressão do capital mercantil ou manufatureiro no seio das economias ocidentais em seu conjunto, moldando os contornos do poder de classe aristocrático na nova era. (ANDERSON, 1995, p.22).

A nobreza feudal passa por dificuldades, dado que grande parte dos servos que conseguiu fugir dos feudos passa a viver de saques, posteriormente praticando comércio nos burgos para sobreviver. Com o declínio demográfico nos feudos e a superexploração dos trabalhadores as revoltas populares passam a ser cada vez mais intensas. Esses fatores se tornam propícios para que os servos pudessem se tornar livres para vender seus excedentes nas cidades. Estimulados pelos rendimentos, passaram a incrementar técnicas para aumentar a produção, deste modo se tornam predominantes as atividades comerciais agrícolas, concomitantemente os novos empresários passam a exigir a propriedade exclusiva e privada das terras em que investiam.

Diante daquele quadro de dificuldades para os trabalhadores que eclodiram sublevações camponesas (como Jacquerie francesa de 1358 e a revolta inglesa de 1381) e urbanas (Florença em 1378, cidades flamengas em 1379). (FRANCO JÚNIOR, 1991, p.85)

Os servos que fugiram, não conheciam nada além de seu feudo, assim uma das formas de sobrevivência encontrada por eles foi se estabelecer através de saques nas estradas de rotas comerciais, posteriormente as mercadorias. Para revender esses produtos eles se estabeleciam na entrada de outros feudos, o que dá origem a nomenclatura *foris burgo*, que posteriormente fundamentou o surgimento de uma nova classe social denominada burguesia.

Como vemos a crise do século XIV contribuiu para que a economia monetária, a atividade comercial e os investimentos de capital se intensificassem ainda mais. Paralelamente, a nobreza feudal via aumentada suas dificuldades. As grandes despesas de uma guerra de grande duração e as dificuldades enfrentadas pela escassez de mão-de-obra a obrigaram a um endividamento crescente junto aos capitalistas burgueses. (SEVCENKO, 1985, p.7).

As cruzadas foram determinantes para a expansão do comércio, tendo em vista que decorrente delas, se faz o contato dos europeus com o Oriente, propiciando a fixação de feitorias comerciais permanentes e garantindo o fluxo de produtos e um novo modo de vida através dessas relações, entre esse e outros

fatores internos do feudalismo; assim o sistema estava a se dissolver. (SEVCENKO,1985, p.5)

O individualismo é a grande característica da burguesia, ou seja, a preocupação com suas próprias ações, diferente do feudo decorrente de atividades coletivas. As relações humanas se transformaram bastante no período denominado como Idade Moderna, pois a vida nas cidades foi retomada, o comércio passa a gerar riquezas conseguindo se consolidar e o homem passa a ter um modo de vida totalmente diferente do medieval; em que as relações não eram tão dinâmicas. Os Renascentistas eram voltados aos estudos humanos, inspirados nos filósofos gregos e romanos que contemplam a arte da retórica, a lógica, as leis, humanidades; sempre se deparando com a crença nas capacidades do homem de produzir conhecimento, tais como os padrões antropocêntricos de valorização da humanidade. A política, a economia, e a produção cultural tendem a se tornar cada vez mais humana deixando o homem em evidência.

Do ponto de vista econômico, a recuperação e a introdução do direito civil clássico foram fundamentalmente propícias à expansão do livre capital na cidade e no campo, pois a grande marca distintiva do direito civil romano fora a sua concepção de propriedade privada absoluta e incondicional. A concepção clássica da propriedade quirítária virtualmente se perdera nas sombrias profundezas dos primórdios do feudalismo. Como vimos, o modo de produção feudal definia-se precisamente pelos princípios jurídicos da propriedade "escalonada" ou condicional, complemento de sua soberania parcelada. Tal estatuto de propriedade adaptava-se bem à economia predominantemente natural que surgiu na Idade das Trevas; entretanto, nunca fora totalmente adequado ao setor urbano que se desenvolvera na economia medieval. Assim, o ressurgimento do direito romano durante a Idade Média já resultara em esforços jurídicos no sentido de "endurecer" e delimitar noções de propriedade inspiradas nos preceitos clássicos então disponíveis. (ANDERSON, 1995, p.24/25).

A crise do século XIV contribuiu no sentido de que as dificuldades encontradas pela nobreza para manter-se, as grandes despesas com uma guerra de longa duração e a escassez de mão de obra propiciaram um crescente endividamento para com os então nascentes capitalistas burgueses, obrigando-os assim, a se desfazer de parte de suas terras e emancipar os servos; logo aumentando as regalias das cidades e dos mercadores.

Politicamente, o reflorescimento do direito romano respondia às exigências constitucionais dos Estados feudais reorganizados da época. Com efeito, não restam dúvidas de que, na escala européia, a determinante primordial da adoção da jurisprudência romana reside na tendência dos governos monárquicos à crescente centralização dos poderes. (ANDERSON, 1995, p.26)

Com a nova classe consolidada, o fluxo comercial da Europa se torna intenso, principalmente em territórios mais distantes. A partir daí os saques tornar-se-iam constantes, decorrente deste fator, a burguesia encontra nos monarcas um recurso contra a violência, contra as arbitrariedades da nobreza e um defensor de seus mercados, significando também a unificação política, das moedas, dos impostos, das leis, pesos e medidas, a regularização da economia internacional e a definição de formação dos Estados Nacionais. Em troca os monarcas dispunham do direito de exploração das minas de metais preciosos, o arrendamento de cobranças de impostos entre outras regalias. (SEVCENKO, 1985, p. 10-11)

Humanismo

A Igreja era a única instituição centralizada da Idade Média, sempre disposta de grande poder até o início da Idade Moderna. Era responsável pelos dogmas e ensinamentos religiosos, tendo em mãos o poder político e religioso, desse modo acabava cometendo diversos abusos contra os fiéis, entre os principais fatores predominantes criticados, se inclui essencialmente a venda de cargos eclesiásticos como forma de obter recursos para a Igreja, assim o clero se torna despreparado para lidar com a população. A igreja ostentava suas riquezas e era nítida sua busca por luxo, entretanto professava os ideais cristãos voltados à pobreza, tal realidade nos argumentos da instituição se tornava totalmente contraditório.

A Igreja doutrinava os fiéis com seus dogmas e padrões, apesar de internamente se desvirtuar completamente das suas propostas. A venda das indulgências era também um dos fatores dos questionamentos acerca da instituição Igreja Católica; para a mesma o pecado era visto como natural, contanto que o fiel comprasse junto à instituição um pedaço de papel que absolveria os seus pecados e assim sua ida para o céu estaria garantida. Em função desses abusos passam a surgir pensadores denominados humanistas, que buscam retomar os valores da Igreja e questionar a instituição, no entanto sem negar a fé, *mas criticando* tais abusos. (SEVCENKO, 1985, p. 15). Os humanistas procuravam restabelecer a

cultura antiga Greco-Romana, não como uma forma de imitação, todavia com pretensão de aprimorar a cultura e com o propósito de ultrapassar os feitos artísticos e culturais da civilização antiga.

Os humanistas num gesto ousado, tendiam a considerar como mais perfeita e mais expressiva que a cultura que havia surgido e se desenvolvido no seio do paganismo, antes do advento de Cristo. A Igreja, portanto, para quem a história humana só atingiria a culminância na Era Cristã, não poderia ver com bons olhos essa atitude. Não quer isso dizer que os humanistas fossem ateus, ou que desejassem voltar ao paganismo. Muito longe disso, o ceticismo toma corpo na Europa a partir dos séculos XVII e XVIII. Eram todos cristãos e apenas desejavam reinterpretar a mensagem do evangelho à luz da experiência e dos valores da antiguidade. (SEVCENKO, 1985, p.14)

Segundo os humanistas a Idade Média era um período obscuro marcado por pouco desenvolvimento das artes, das ciências e da literatura. Assim pretendiam resgatar a cultura clássica para superar a considerada Idade das Trevas, recuperar os valores da Antiguidade e ultrapassar o desenvolvimento que havia na Idade Antiga, representando o pensamento de forma racional e transmitindo a importância do retorno ao cristianismo original, ou seja, uma regeneração da instituição da Igreja Católica. Questionavam o porquê de algumas regras serem importantes para a Igreja, mas não com um tom de rebeldia, todavia sem entender o porquê de algumas devoções serem impostas pela igreja, repulsando seu autoritarismo, porém sem pretensões de ruptura.

Grande fervor nasceu em torno dos clássicos latinos e gregos e de sua redescoberta, do paciente trabalho de pesquisa de códices nas bibliotecas e de sua interpretação. Vários acontecimentos levaram a uma nova aquisição do conhecimento da língua grega, considerada patrimônio espiritual essencial do homem culto (As primeiras cátedras de língua e literatura gregas foram instituídas no Trezentos, mas a grande difusão do grego ocorreu sobretudo no Quatrocentos. De modo especial, o Concílio de Ferrara e Florença, em 1438-1439, e, logo depois, a queda de Constantinopla, ocorrida em 1453, levaram alguns doutos bizantinos a fixar moradia na Itália, tendo por consequência um grande incremento no ensino da língua grega). (REALE, 2004, p.5)

O pensamento humanista tem como característica o conceito de liberdade e de valorização do homem, ou seja, o oposto do pensamento teocentrista, em que Deus é o centro de todas as coisas. O antropocentrismo tem conceitos voltados a estabelecer o homem como medida de todas as coisas e a natureza a contribuir para a formação do mesmo.

Em um regime feudal característico, o homem era destinado à pobreza se fosse filho de servos e à riqueza se fosse filho de nobres. Através do pensamento racional e a descrença no destino, o humanismo tem como principal característica a valorização do homem, mas não em questionamento com o ministério da fé e sim da instituição da Igreja e dos considerados abusos. A Igreja prega a conduta franciscana (em que o homem em busca do bem não poderia prover de luxo), porém os atos praticados pela tal instituição são incoerentes, pois nesse período a Igreja buscava ostentar suas riquezas, o que é totalmente adverso aos conceitos fundamentais da própria. Os humanistas representam o resgate do valor humano rompendo com a Idade Média.

Transição de Pensamento

A crise do Feudalismo teve influência no Renascimento Cultural, pois esse movimento foi financiado pela burguesia, a qual tinha total interesse na quebra de classes e a valorização do indivíduo, pois indivíduos são consumidores, classes baseavam sua produção e consumo somente para subsistência.

No período medieval se estabelecia a crença pelo destino, ou seja, acreditavam que Deus escolhia onde cada pessoa deveria nascer, assim não existiam mudanças de classes, se um nobre tivesse um filho, impreterivelmente o tal faria parte da Nobreza ou do Clero, contudo o filho de um servo jamais se tornaria um Nobre ou faria parte do Clero, já que Deus, era visto como o centro do universo e se ele quis assim jamais alguém se opunha.

Na Idade Média os dois lados da consciência - o que reflete em si o mundo externo e o que mostra a imagem da vida interna do homem - estavam como que envolvidos por um véu comum, sob o qual ou languesciam em lento torpor ou se moviam em um mundo de puros sonhos. O véu era tecido de fé, de ignorância infantil, de vãs ilusões: vistos através dele, o mundo e a história apareciam revestidos de cores fantásticas, mas o homem não tinha valor a não ser como membro de uma família, de um povo, de um partido, de uma corporação, das quais quase inteiramente vivia a vida. A Itália é a primeira a rasgar este véu e a considerar o Estado e todas as coisas terrenas de um ponto de vista objetivo; mas ao mesmo tempo se desperta poderosamente no italiano o sentimento de si e de seu valor pessoal ou subjetivo: o homem se transforma no indivíduo, e se afirma como tal. (REALE, 2004,p.19).

Na Idade Média, o ser não era visto como um indivíduo e sim como um todo, assim divididos em classes, eram submetidas às regras e as normas da Igreja, sem ter o poder do questionamento, acreditando-se que cada um tinha o seu destino determinado por Deus.

Renascimento Cultural

O Renascimento Cultural foi um período de transição do pensamento medieval para o pensamento moderno, conseqüentemente marcando também a transição do sistema político, econômico e social. Na Idade Média a cultura clássica sofreu um adormecimento, em um período que não era evidente a exploração das perspectivas culturais e científicas, os renascentistas denominaram a Idade Média como a Idade das Trevas. Os humanistas acreditavam que a mais perfeita cultura havia surgido antes de Cristo, o que ia contra os padrões da Igreja, estes pretendiam resgatar a cultura pagã, no entanto não devemos confundi-los como ateus e nem compreender como seu objetivo o retorno ao paganismo; e sim exaltar no indivíduo a capacidade de ação do homem. A visão da cultura clássica, porém com um conceito de novo, objetivando instaurar a cultura esquecida atrás do considerado barbarismo da Idade Média. Assim, acreditavam na a luta entre si e a natureza, visando ter controle de seu próprio destino. Ao contrário do Clero tradicional que reforçava a submissão total do homem: em primeiro lugar Deus e no caso o próprio Clero que teria o vínculo com a fé, em segundo a Nobreza exaltando no ser humano os valores de piedade, mansidão e disciplina; enquanto os servos eram explorados pelas outras duas classes.

Dessa forma, se esse título de humanista significava inicialmente um grupo de eruditos voltados para a renovação dos estudos universitários, em pouco tempo ele se aplicava a todos aqueles que se dedicavam à crítica da cultura tradicional e à elaboração de um novo código de valores e de comportamentos, centrados no indivíduo e em sua capacidade realizadora. (SEVCENKO, 1985, p.16)

No início os humanistas se identificavam como um grupo de eruditos voltados a estudos universitários, mas em pouco tempo passam a ser reconhecidos pela sua dedicação a crítica à cultura tradicional e novos valores centrados ao indivíduo, porém essas críticas não impediram que atuassem no íntimo da própria igreja; todavia a maioria desses homens, para garantir sua sobrevivência, buscavam estar

ligados a príncipes e monarcas e universidades; pois como a igreja era muito poderosa, a vida dos humanistas era repleta de riscos e perseguições, tanto que alguns acabaram sendo punidos pela Santa Inquisição.

Erasmus de Rotterdam

Erasmus de Rotterdam, considerado um dos filósofos precursores do humanismo, em 1509 escreve o livro "Elogio da Loucura", em que é visível a crítica dos padrões adotados pela Igreja Católica durante a Idade Média, principalmente aos abusos presentes no corpo da instituição, tais como a exploração dos fiéis, ostentação de riquezas, a iconoclastia, entre outros. É nítido o encanto de Erasmo pela cultura helenística, visto que em sua obra se nota o quanto ele utiliza os fatos do passado relacionando-os com os problemas contemporâneos (ROTTERDAM, 1972, p.101). Desse modo utiliza dos clássicos antigos considerando sua relevância na luta contra as exorbitâncias cometidas pelo cristianismo. Para os humanistas o passado era algo a ser salvo e reconstruído, pois para os cristãos ortodoxos em todo período da Idade Média, a Antiguidade Clássica era considerada demoníaca. Em um universo totalmente cristão de medidas intolerantes, Erasmo vivia em constantes viagens e mudanças, motivadas pelas perseguições de seus inimigos. Apesar de racionalista, nunca perdeu o afeto por Cristo, pela bíblia e pelas cerimônias nas quais a Igreja alimentava a piedade, estabelece seus discursos citando a humildade presente nas passagens da vida de Cristo.

Análise do livro: Elogio da Loucura

Erasmus estabelece suas críticas voltadas a trazer em seu livro tudo que foge do que seria considerado correto dentro de um padrão social, tanto que utiliza a Loucura, para relatar que a sociedade só funciona através da mesma. Embora seus tons sejam de ironia é evidente o compromisso com a verdade, assim utiliza como argumento a loucura para zombar das práticas religiosas do período. Primeiramente se tratando dos teólogos, relacionando-os metaforicamente a ursos ferozes, pois quando alguma interpretação ou argumento não segue de acordo com sua visão, são explosivos e impetuosos, logo tendem a denominar as pessoas de hereges ou ateus.

Talvez fosse melhor não falar dos teólogos, tão delicada é essa matéria e tão grande é o perigo de tocar em semelhante corda. Esses intérpretes das coisas divinas estão sempre prontos a acender-se como a pólvora, têm um olhar terrivelmente severo e, numa palavra, são inimigos muito perigosos. Se acaso incorreis na sua indignação, lançam-se contra vós como ursos furibundos, mordem-vos e não vos largam senão depois de vos terem obrigado a fazer a vossa palinódia com uma série infinita de conclusões; mas, se recusais retratar-vos, condenam-vos logo como hereges. (ROTTERDAM, 1972, p.101).

Erasmus critica a erudição presente nos discursos dos teólogos, pois mesmo se preocupando tanto com essa forma de discurso, dificilmente são entendidos, e os relaciona com os apóstolos, que na nitidez de suas palavras utilizavam da maior simplicidade possível, já os teólogos por sua vez, segundo a Loucura, com sua imagem imunda acreditavam que dentro de sua erudição poderiam explicar o ministério da fé, discutindo verdades incompreensíveis de forma arrogante e trivial, são eruditos, porém vazios. Ao invés de se aprofundarem no evangelho, os moldam da maneira que lhes é conveniente, tanto que criam até novos mundos. É evidente que a cabeça destes homens é tão cheia de besteiras, que é impossível compreendê-los, assim estes são dignos de deboche.

Não posso deixar de rir ao escutar essas célebres personagens, que nem sequer falam, mas balouçam. Só se reputam teólogos quando perfeitos senhores de sua bárbara e porca linguagem, que só pode ser entendida pelos da arte; gabam-se disso, chamando-lhe agudeza e dizendo com arrogância que não falam para o vulgo profano; e acrescentam que a dignidade das santas escrituras não permite subordiná-las às regras gramaticais. Admiremos a majestade dos teólogos! Somente a eles é permitido falar incorretamente e, quando muito, se concede que o vulgo lhes dispute essa prerrogativa. (ROTTERDAM, 1972, p.109).

Ao comparar os monges como uma espécie do gênero animal, Erasmus os define como incrédulos e diz que chamá-los de tal forma é incoerente, pois na definição da palavra encontramos o significado: solitário, mesmo seus intuitos sendo sempre por causar conflitos. Segundo Rotterdam estes não se dão nem ao menos ao trabalho de ler os evangelhos e mesmo assim se gabam da própria imundice, ficam mendigando de casa em casa, porém ao invés de pedir esmola, parecem exigir. Desejavam ser os novos apóstolos, porém não passavam de pessoas sujas, grosseiras, descaradas e ignorantes, para eles a maior preocupação são as exterioridades. Professam a caridade apostólica, mas se destroem mutuamente. Pagam penitências, porém ocultam embaixo de seus trajes roupas finas, além de

parte deles quetem a tendência de se horrorizar ao ver dinheiro, mas não se negam ao provar um bom vinho ou aos prazeres da carne. Mesmo assim alguns ainda se denominam franciscanos, sendo que não são dignos nem de serem chamados de cristãos.

Alguns desses reverendos mostram, contudo, o hábito de penitência, mas evitam que se veja a finíssima camisa que trazem por baixo; outros, ao contrário, trazem externamente a camisa e a roupa de lã sobre a pele. Os mais ridículos, a meu ver, são os que se horrorizam ao verem dinheiro, como se se tratasse de uma serpente, mas não dispensam o vinho nem as mulheres. Não podeis, enfim, imaginar quanto se esforçam por se distinguirem em tudo uns dos outros. Imitar Jesus Cristo? É o último dos seus pensamentos. Muito se ofenderiam se lhes dissésseis que obtiveram isto ou mais aquilo deste ou daquele instituto. (ROTTERDAM, 1972, p.111)

Os frades por sua vez aproveitam das confissões para conhecer o íntimo das pessoas, porém nem se dão ao luxo de levar em conta a transgressão de revela-los, ao se embriagar, tem o costume de contar histórias um tanto quanto engraçadas, porém, sem citar os nomes das pessoas, no entanto, em seus momentos de fúria só fazem por atingir seu alvo, em seu papel de pregador, chega a ser visível a quem seus sermões são destinados. Nada obstante, fazem verdadeiros shows durante a pregação, alterando tanto o tom de voz que é impossível considerar que estão em plena sanidade mental, sem contar que seu discurso não tem nexos algum.

A natureza ensinou tão bem aos homens esse método, que até um tratador de porcos, ao precisar contar alguma história, não começará decerto com uma coisa estranha, mas entrará imediatamente no assunto. Os nossos doutíssimos frades, ao contrário, acreditariam passar por maus retóricos se o preâmbulo, como dizem eles, tivesse a menor conexão com o resto do argumento, não pondo os ouvintes na necessidade de perguntar: Aonde irá ele chegar por esse caminho? (ROTTERDAM, 1972, p.117).

Erasmus remete sua crítica aos papas, de forma que ao se denominarem vigários em Cristo, o que realmente almejam é aproveitar as mordomias a ele oferecidas, a Loucura se diz responsável por ninguém no mundo. Ter mais moleza na vida que um papa e que esses homens devem ser considerados os piores inimigos da igreja, pois deixam Cristo de lado visando sempre instaurar leis que aumentem seus lucros, manipulando as interpretações com exemplos doentios, sustentando suas razões a ferro e fogo. Esses homens não devem ser relacionados a Cristo e com sua moral, haja vista que nem se preocupam por governar com

sangue, encontrando razões até para cravar uma espada no peito de seus irmãos, sem pesar a consciência ao infringir os mandamentos.

Eu desejaria saber, porém, se haverá para a Igreja inimigos mais perniciosos do que esses ímpios pontífices, os quais, em lugar de pregar Jesus Cristo, deixam no esquecimento o seu nome e o põem de lado com leis lucrativas, alteram a sua doutrina com interpretações forçadas e, finalmente, o destroem com exemplos pestilentos. (ROTTERDAM, 1972, p.129).

Conclusão

Erasmus fundamenta seus argumentos contra os abusos da igreja, as exterioridades do ritual, o culto supersticioso dos santos e as relíquias; buscando sempre estabelecer em suas críticas a ideia de se retornar ao cristianismo mais puro; para que não soasse a tom de rispidez, ele escreve suas delações e sermões de forma satírica, utilizando da loucura para relatar os mais diversos fatores, entre estes foram analisados os religiosos. O autor faz de sua obra uma leitura cômica, utilizando do riso seu escudo, pois nitidamente a comédia é por ele usada como forma de atenuar as críticas colocadas.

Erasmus critica a corrupção dentro da Igreja, as atitudes dos papas, monges, bispos, teólogos e padres, mas sua crítica não era voltada para a fé ou a Deus, e sim à instituição. O intuito dele era que a igreja voltasse a aderir aos seus verdadeiros princípios, ou seja, ao cristianismo mais puro. Fundamentalmente observasse que seus discursos eram repletos de razão sem se contrapor a fé. É evidente sua importância dentro de um período de transição de pensamento, podemos ver o grau de conhecimento do autor e entender o porquê ele era considerado o filósofo renascentista mais importante durante o Renascimento.

Entretanto Erasmus é único, mesmo com toda a racionalidade presente em sua obra, ele sempre estrutura e estabelece seus ideais, jamais negando a palavra de Deus. Assim não se entregando aos princípios antropocentristas e sim utilizando os exemplos do humanismo para definir Jesus e os apóstolos dentro de sua humildade, e reforçar os ideais franciscanos para tentar melhorar o corpo presente na Igreja, expondo os problemas presentes dentro do contexto estudado.

Referências

FRANCO JR, Hilário. **O Feudalismo**. 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991

SEVCENKO, Nicolau. **O Renascimento**. 19.ed. São Paulo: Atual, 1994.

REALE, Giovanni. **História da Filosofia: do Humanismo a Descartes, v. 3**. São Paulo: Paulus, 2004.

ANDERSON, Perry. **As Linhagens do Estado Absolutista**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense S.A., 1995.

ROTTERDAM, Erasmo de. **Elogio da Loucura**. São Paulo: Abril S.A., 1972.